

POBREZA MENSTRUAL E POLÍTICAS PÚBLICAS: EXPERIÊNCIA DE EXTENSÃO NO INSTITUTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS.

Resumo

A pobreza menstrual é um tema da atualidade de extrema relevância por englobar inúmeros aspectos da vida das pessoas que menstruam. Assim, esse trabalho tem como objetivo apresentar as práticas extensionistas realizadas no curso de Ciências Sociais, além de situar brevemente a temática apreendida. Aborda-se aqui o desenvolvimento teórico em torno dos preceitos básicos analisados na bibliografia sobre a pobreza menstrual. Paralelamente, traz-se a experiência empírico-ativa realizada a partir da criação de um blog expositivo sobre a temática. São apresentados ainda os meios que moldaram a forma do trabalho a partir do que se tomava como esperado dos resultados, e do que de fato findou-se, demonstrando-se as dificuldades e os contornos tomados ao longo do projeto. É transposto, como sustentáculo ao conteúdo do blog e ao seu lançamento, as noções sobre pobreza menstrual e sua interpenetração nas relações sociais. Aborda-se os problemas consequentes do fenômeno, com um breve relance sobre as suas causas. As políticas públicas, juntadas como aporte nesse meio, passam a formatar uma das principais diretrizes de transformação dessa esfera. A conclusão, por fim, vem a demonstrar o duplo teor teórico e prático, de compreensão e exposição do tema, mediante o seu desenvolvimento pelo trabalho dos pesquisadores de Ciências Sociais.

Palavras-chave: : Pobreza menstrual. Políticas públicas. Projeto de extensão. Absorventes.

Brena Sirelle Lira de Paula (Autora)
Vínculo Institucional: UNIVERSIDADE
FEDERAL DE ALAGOAS.
Rita de Cássia Bezerra Higino (Autora)
Vínculo Institucional: UNIVERSIDADE
FEDERAL DE ALAGOAS
Flaviano Manuel Melo Pacheco Segundo (Autor)
Vínculo Institucional: UNIVERSIDADE
FEDERAL DE ALAGOAS

Submetido em OUT/2022.
Aceito em NOV/2022.
Revisado em NOV/2022.
Publicado em DEZ/2022.

1. INTRODUÇÃO

Este trabalho tem a pretensão de apresentar o problema da pobreza menstrual a partir de uma prática extensionista realizada na graduação de Ciências Sociais. Sobre a égide do desenvolvimento teórico-prático, em estudos da UNICEF (2021), junto com a conceituação bibliográfica, se percorre a partir da definição mais basilar da pobreza menstrual até as subdivisões que dela decorrem. Dito isso, inicialmente, é necessário afirmar que

“É denominada “pobreza menstrual” – ou precariedade menstrual – a situação de precariedade e vulnerabilidade econômica e social à qual bilhões de pessoas menstruantes ao redor do mundo estão submetidas por não terem acesso adequado à saneamento básico, banheiros e itens de higiene pessoal, aí incluídos os protetores menstruais” (ASSAD, 2021, p. 142).

Dessa forma, algo semelhante ocorre na realidade brasileira. O que deveria ser visto com uma das nuances e multi aspectos de direitos a dignidade da pessoa humana – forma universalizante do direito humano que caracteriza a igualdade das pessoas mediante um pressuposto material de dignidade, que engloba todas as maneiras de convivência humana e as determina a partir de uma finalidade bonançosa (ANDRADE, 2003) – e também um dos aspectos do direito à saúde, respectivamente artigos 1º e 6º da CF/88 (BRASIL, 1988), a pobreza menstrual ainda assim atua em peso (UNICEF, 2021), é, na verdade, esquecido e tratado como um direito apenas individual, sem relevância temática suficiente para ser tratada e aprovada com política pública para as pessoas inerentes deste problema social.

Assim, nada mais atual e pungente que um problema que afeta milhares de brasileiros e, neste mesmo motivo, nada tão útil de ser aludido numa proposta de exposição investigativa e prática.

Portanto, se abre espaço para o disposto a partir do constructo dentro do componente curricular de Práticas de Extensão em Ciências Sociais 1, desde as presunções iniciais até o produto de um blog e as reflexões sobre a execução temática. Houve o levantamento, nesse sentido, da contribuição bibliográfica que serviu em seus mais diversos aspectos na fundamentação tanto do blog quanto do seu lançamento em apresentação e relatório prescrito como composto da atividade curricular de extensão. Houve, também, uma importante fusão

**POBREZA MENSTRUAL E POLÍTICAS PÚBLICAS:
EXPERIÊNCIA DE EXTENSÃO NO INSTITUTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS.**

B. S. L. de Paula; R. de C. B. Higinio & F. M. M. P. Segundo.

entre formas audiovisuais e panfletárias, no que concerne ao método de exposição e de divulgação de um conteúdo que, por mais profundo que se adentre no campo científico, é, ainda, uma questão social. Isto posto, é central na seguinte apresentação a união, por mais breve que se apresente, das absorções teóricas e, por conseguinte, do material experienciado e exposto em torno da temática da pobreza menstrual – na medida em que se desenvolve como matéria na atualidade – e das políticas públicas em face da substância objetiva e social do problema.

2. UMA BREVE INTRODUÇÃO DA TEMÁTICA “POBREZA MENSTRUAL”

A pobreza menstrual é um fenômeno que atinge várias categorias multidimensionais do cotidiano das meninas, mulheres, mulheres trans e pessoas não binárias menstruantes, segundo o relatório recente do Fundo de População das Nações Unidas (UNFPA) e o Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF), a pobreza menstrual é caracterizada pelos seguintes fatores:

- a) A falta de acesso a produtos de cuidados da higiene pessoal para o período menstrual, tais como absorventes (descartável ou reutilizável), coletores menstruais, calcinhas menstruais etc., além de outros itens básicos como o papel higiênico e sabonete, entre outros;
- b) Por fatores estruturais, entre elas está a falta de banheiros, saneamento básico (água encanada e esgotamento sanitário) e coleta de lixo;
- c) Ausência de medicamentos para administrar problemas menstruais ou de serviços médicos;
- d) A falta de informações sobre a saúde menstrual e autoconhecimento sobre o corpo e os ciclos menstruais;
- e) A existência de tabus, preconceitos e estigmas sobre a menstruação, afetando as pessoas que menstruam em diversas áreas da vida social;
- f) Questões econômicas, ao qual afeta na distribuição dos produtos menstruais e a mercantilização dos tabus sobre a menstruação;
- g) Por fim, os prejuízos da pobreza menstrual sobre a vida econômica e desenvolvimento pleno dos potenciais das pessoas que menstruam. (UNFPA; UNICEF, 2021; ASSAD; 2021).

No Brasil, segundo dados recentes do Fundo de População das Nações Unidas (UNFPA) e o Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF), cerca de 713 mil meninas não têm acesso a banheiro ou chuveiro em seu domicílio e mais de 4 milhões não dispõem de itens básicos de higiene ou de cuidados menstruais nas escolas. Isso inclui falta de acesso a absorventes e instalações básicas nas escolas, como banheiros e sabonetes (UNICEF; UNFPA, 2021).

**POBREZA MENSTRUAL E POLÍTICAS PÚBLICAS:
EXPERIÊNCIA DE EXTENSÃO NO INSTITUTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS.
B. S. L. de Paula; R. de C. B. Higinio & F. M. M. P. Segundo.**

Focando o contexto familiar, esse número aumenta. Em consequência das necessidades biológicas específicas, as pessoas que menstruam são as mais afetadas pela falta de saneamento básico e de acesso à água tratada. Por conta dessa falha, estudos mostram que tais pessoas em idade escolar chegam a perder 45 dias letivos por ano devido a menstruação (UNICEF; UNFPA, 2021). Além disso, o órgão genital feminino possui uma microbiota em constante equilíbrio, o que demanda uma higiene adequada para a prevenção de infecções. A importância da higiene pessoal se intensifica durante a gravidez e os períodos de menstruação (ASSAD, 2021, p. 142). Importa destacar que no contexto domiciliar, uma família em situação de vulnerabilidade econômica e social não consegue disponibilizar de itens de higiene menstrual, tendo em vista que do pouco recurso financeiro que obtiver, dará preferência para a alimentação. Isto afeta o bem-estar social e o rendimento das pessoas que menstruam, principalmente daquelas pessoas menstruantes que estão cursando a educação básica.

Sem um ciclo menstrual digno e adequado, a menstruação se torna um fardo, uma perturbação que ocorre todos os meses do ano. As inseguranças relacionadas a qualquer tipo de pobreza menstrual (seja por falta de absorventes, banheiros e de água tratada, ou pela ausência de medicamentos e de atendimento médico) agrega em geral, uma carga mental e social pesada para as pessoas menstruantes. Elas, por exemplo, precisam fazer a troca de absorventes descartáveis algumas vezes durante o dia para conter o fluxo e se prevenir de doenças ou infecções. Torna-se um mal estar social que ameaça direitos humanos como o da saúde de meninas, mulheres, mulheres trans e pessoas não binárias que menstruam.

Além disso, segundo a autora Nana Queiroz (2015) na obra “Presos que menstruam”, os preços altos de absorventes descartáveis, por exemplo, levam as pessoas que menstruam a utilizarem métodos prejudiciais para conter o fluxo. O uso de papéis, jornais, trapos, sacolas plásticas, meias, miolos de pão ou a reutilização de absorventes descartáveis coloca a saúde física dessas pessoas em risco. As pessoas que estão em estado de carência social como as moradoras de abrigos, refugiadas, presas e moradores de rua estão em situação desumana, especialmente quando analisamos a sua condição menstrual (QUEIROZ, 2015).

Portanto, a pobreza menstrual é entendida como uma das consequências da desigualdade social. Ela evidencia a falta de saneamento básico e de acesso à água tratada, assim como a carência referente a itens de higiene pessoal. Como se não bastasse, a pobreza menstrual

denuncia ainda o obstáculo referente a desigualdade de gênero, sexismo e a misoginia (ASSAD, 2021).

Esta temática, contudo, tem ganhado destaque a partir do início da década de 2020. Compreendemos que talvez os debates que penduraram a respeito do Projeto de Lei da distribuição dos absorventes tenham dado o primeiro passo para a repercussão deste campo.

3. A DISCIPLINA COMO MOTOR DO TRABALHO

O trabalho desenvolvido se iniciou a partir do componente curricular “Práticas de Extensão em Ciências Sociais 1”, mediante premissa elaborada no plano, em que deveria ser abordado um tema de relevância social e de natureza atual e prática em que se unisse a universidade, com papel ativo de seus estudantes, à comunidade ou a um determinado corpo social. Nesse sentido, do outro lado da relação, o critério direcionador da A.C.E foi a escolha de uma ONG e/ou algum interlocutor representante que trabalhasse com os meios em torno da problemática-tema.

Desta forma, com a abertura de um tema livre, a proposta poderia se desenvolver em qualquer escala ou ramo, desde que com fim juntasse tanto uma aproximação teórica do tema com a relação prática com uma ação ativa, que seriam traduzidas tanto em relatório escrito como em um evento online (visto o instável cenário pandêmico durante a realização do trabalho). Além disso, se permitiu o alargamento da exposição pela possibilidade de criação de meios audiovisuais que agregassem a demonstração do trabalho.

Assim, inicialmente, a escolha do tema – Pobreza Menstrual e Políticas Públicas – se dá a partir das duas centralidades percebidas: a atualidade do tema, em conjunto com a gama de problemáticas que a temática agrega e a publicidade das querelas atreladas a políticas públicas tanto a nível nacional, a exemplo da questão do veto ao Projeto de Lei nº 4.968/2019 (BEZERRA, 2021), quanto a nível municipal, com o veto de trechos da Lei nº 179/2021 (JHC..., 2021).

Dada o firmamento do tema, a estratégia de produção do trabalho se deu, em primeira tentativa, na interlocução com ONGs e representantes políticos que pudessem contribuir com a

**POBREZA MENSTRUAL E POLÍTICAS PÚBLICAS:
EXPERIÊNCIA DE EXTENSÃO NO INSTITUTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS.
B. S. L. de Paula; R. de C. B. Higinio & F. M. M. P. Segundo.**

fala, a construção de um âmago de informação que abrangesse perspectivas ao redor da pobreza menstrual, em seu lado acadêmico (dado pelos estudantes pesquisadores); a partir da vivência prática de uma organização que trabalhasse diretamente com esse objeto, assim como da parte institucional das políticas públicas. E assim, verificar como tal especificidade abraçaria o tema à sua maneira, uma vez que esta última é uma das esferas dentro da análise da sociedade, que proporcionam resultados determinantes na qualidade de vida das pessoas, mediante garantias à cidadania e também, nesta problemática, à saúde (BARIQUELLO; FORNASIER, 2018).

No desenvolvimento do trabalho, dado o período pandêmico, se tornou difícil a comunicação com os interlocutores que ajudariam a construir o projeto; tanto os primeiros contactados quanto outros posteriormente buscados. Assim, a proposta inicial de diálogo sobre as posições entre as políticas públicas e as práticas alternativas de ação direta em torno da pobreza menstrual tiveram de ser re-elaboradas. Como no decorrer dos estudos já haviam sido adquiridas as informações e fontes que serviram de base teórica, a transformação das diretrizes iniciais e a criação do blog foram as formas mais congruentes que se determinou como exequíveis, dada uma documentação acadêmica e de um diálogo extra-acadêmico da situação da pobreza menstrual, que iria proporcionar, inclusive, uma ação prática de divulgação de informações a respeito do tema para o público em geral.

4. DO BLOG

A criação do blog (pobrezamenstrualepoliticaspUBLICAS.wordpress.com) foi a alternativa secundária que se tornou central e que, no seu avanço, se estruturou em tanto peso quanto à proposta inicial. A forma decidida, para tanto, foi construir um meio que desde a sua apresentação levasse ao leitor uma informação precisa e simples, em que era a finalidade o noticiamento da pobreza menstrual e as suas problemáticas, assim como descrever e abordar aspectos que gravitam sobre o tema. Assim, o blog conta com textos informativos, bem como produtos audiovisuais e dados que comunicam pontos importantes sobre a pobreza menstrual. Além de trazer artigos curtos, com linguagem simplificada de notícias tanto focais sobre a temática no geral, aborda sobre o projeto.

**POBREZA MENSTRUAL E POLÍTICAS PÚBLICAS:
EXPERIÊNCIA DE EXTENSÃO NO INSTITUTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS.
B. S. L. de Paula; R. de C. B. Higinio & F. M. M. P. Segundo.**

O site redireciona, inclusive, para o outro fruto do trabalho: a apresentação no evento de lançamento do blog, em que se discute tanto a construção como, principalmente, o desenvolvimento teórico da pesquisa sobre a pobreza menstrual. Foram analisados desde relatórios da ONU (POBREZA...2021) até o diálogo com as importantes produções cinematográficas como o filme *Padman* (2018) e o curta da Netflix *Absorvendo Tabu (Period. End of Sentence, 2018)*. Portanto, o blog em sua função proporciona um meio de condensação de informações relevantes e de produtos adquiridos em decorrência do desenvolvimento do trabalho. Para além de um caráter puramente academicista, ele é um sítio que, a partir das definições advindas da disciplina de extensão, se impõe como meio de exposição tanto das informações colhidas no meio da universidade como das atuais e específicas ou gerais do assunto “pobreza menstrual”. É, assim, o antro da interlocução e da construção de informação útil (em sentido prático).

5. MATERIAIS E MÉTODOS

O referencial teórico-metodológico adotado como ferramenta condutora do trabalho tomou como base, no que concerne à pesquisa bibliográfica, as desigualdades e assimetrias enfrentadas por pessoas que menstruam na efetivação de um direito que é básico. O presente projeto consistiu, inicialmente, no desenvolvimento de uma pesquisa participativa (HAGUETTE, 2004), com o intuito de transformar os interlocutores em “co-sujeitos” investigativos (BRANDÃO, 2006), a fim de produzir conhecimento e debater em torno do problema da pobreza menstrual em Maceió (AL), investigando os principais desafios para as políticas públicas, e dando voz ao trabalho exercido pelos envolvidos e pessoas afetadas pela temática.

Uma das metas a ser desenvolvida seria um vídeo de entrevista aberta (BONI; QUARESMA, 2005), em que se buscaria incluir elementos de documentários, tais como a exibição das falas a partir da voz dos interlocutores, presente no tipo expositivo de documentário, assim como a interação entre os agentes interlocutor(es) e entrevistador(es), presente no tipo participativo de documentário (NICHOLS, 1988). Isto seria, posteriormente, publicado na plataforma online Youtube, uma vez que o público-alvo é a população em geral,

**POBREZA MENSTRUAL E POLÍTICAS PÚBLICAS:
EXPERIÊNCIA DE EXTENSÃO NO INSTITUTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS.
B. S. L. de Paula; R. de C. B. Higinio & F. M. M. P. Segundo.**

livre para todos os públicos, por se entender que a conscientização sobre o problema deve ser a mais ampla possível.

Para tanto, a equipe iniciou uma pesquisa, em meios de notícia e divulgação científica, de interlocutores que poderiam trazer um aporte acadêmico e prático acerca do tema no produto audiovisual a ser desenvolvido. Após isso, foram identificados uma deputada federal que discutia sobre o tema em seus projetos e uma ONG local sobre direitos das mulheres. Iniciaram-se as tratativas com os dois segmentos e inicialmente houve a confirmação da deputada e um contato inicial com a coordenação da ONG. Porém, passado o momento inicial de planejamento e evoluindo para a execução do projeto visual pretendido, a comunicação inicial firmada com os interlocutores não foi concretizada, de modo que não obtivemos resposta às tratativas.

Diante disso, houve a necessidade de uma nova pesquisa sobre interlocutores em que fizemos contato com 3 (três) pesquisadores/as do tema na área da saúde. Porém, devido a conflito em suas agendas nenhuma delas estava disponível para participar do projeto. Por consequência da falta de interlocutores para a execução do projeto inicial, se iniciou uma reorganização e novo planejamento, partindo do ponto de que nós como sujeitos ativos buscamos através das bibliografias disponíveis nos informar e estudar sobre a temática. Assim, haveria a compilação de todas as informações que se encontravam de forma escassa e fragmentada em um ponto central: dentro do blog.

Sendo assim, o resultado esperado do projeto se desenvolveu para a divulgação do problema, a fim de informar, sensibilizar e mobilizar o público alvo sobre temáticas que estão relacionadas a uma discussão contemporânea sobre a pobreza menstrual, assim como aproximar as perspectivas sobre suas possíveis soluções.

6. RESULTADOS E DISCUSSÕES

O principal resultado obtido foi a produção do Blog intitulado "[Pobreza Menstrual e Políticas Públicas](http://pobrezamenstrualepoliticaspUBLICAS.wordpress.com)" (pobrezamenstrualepoliticaspUBLICAS.wordpress.com), juntamente com o evento de lançamento para a apresentação do blog, ocorrido dia 11 de fevereiro de 2022, no

**POBREZA MENSTRUAL E POLÍTICAS PÚBLICAS:
EXPERIÊNCIA DE EXTENSÃO NO INSTITUTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS.**

B. S. L. de Paula; R. de C. B. Higinio & F. M. M. P. Segundo.

canal do Instituto de Ciências Sociais (<https://youtu.be/1McUMBjQMxw>). Através dos recursos disponíveis pela plataforma de blogs, foi possível uma articulação de vários meios e recursos que tem foco na temática abordada, tais como: vídeos, podcasts, relatos e links.

Com a visibilidade do blog e o advento do Mês da Mulher, em alusão ao Dia Internacional da Mulher (08 de março), nosso projeto teve significativa procura. Ao passo que, fomos entrevistados e protagonistas de uma material do jornal Tribuna do Sertão intitulado “Alunos do Instituto de Ciências Sociais da Ufal ampliam discussão sobre pobreza menstrual com criação de blog” (<https://www.tribunadosertao.com.br/2022/02/alunos-instituto-de-ciencias-sociais-da-ufal-ampliam-discussao-sobre-pobreza-menstrual-com-criacao-de-blog/>). Fomos também contactados pela Assessoria de comunicação da Universidade Federal De Alagoas (Ascom Ufal) que redatou a matéria “Pobreza Menstrual é tema de blog criado por alunos de Ciências Sociais” (<https://ufal.br/estudante/noticias/2022/3/pobreza-menstrual-tema-de-blog-ics>). Além disso, com muito entusiasmo, recebemos o convite para nos apresentarmos na Semana de Boas-Vindas do início do semestre 2022.1 do Instituto de Ciências Sociais, compondo a mesa de atividades extensionistas.

É interessante que, com o objetivo de uma revisão crítica sobre o projeto e todo o trabalho desenvolvido, houve a discussão sobre as dificuldades observadas à conclusão do projeto. Inicialmente, tínhamos o objetivo de realizar um trabalho com interlocutores afins à temática. Como não foi possível a realização das entrevistas nem a possibilidade de introduzir e realizar uma conversa com interlocutores experientes na temática, em decorrência da pandemia, todo o projeto foi desenvolvido de maneira online, em que pese ter havido poucas interações de maneira presencial com o público alvo. E de maneira acentuada, houve escassez de fontes bibliográficas, devido ser um tema recente

7. CONCLUSÃO

A pobreza menstrual é uma constatação de negligência por parte das autoridades para garantia mínima da dignidade feminina. Neste sentido, precisamos urgentemente de investimentos em infraestrutura e acesso aos produtos de higiene menstrual. Os absorventes poderiam ser disponibilizados em postos de saúde, por exemplo, assim como já é feito com

**POBREZA MENSTRUAL E POLÍTICAS PÚBLICAS:
EXPERIÊNCIA DE EXTENSÃO NO INSTITUTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS.
B. S. L. de Paula; R. de C. B. Higinio & F. M. M. P. Segundo.**

preservativos e medicamentos, ou então, a taxaço de impostos poderia ser reduzida para baratear esses produtos. O saneamento básico em escolas deveria ser uma obrigaco, assim como nos lares brasileiros (LOPES, 2021).

Diante da proposta apresentada no componente curricular “Práticas de Extensáo em Ciências Sociais 1”, pudemos verificar que a pobreza menstrual é um problema que atinge a sociedade tanto de forma individual às pessoas que menstruam quanto de forma coletiva, por se tratar de uma questáo de saúde pública (UNICEF, 2021).

Foi percebido, ainda, através da construçáo e desenvolvimento deste projeto de extensáo, haver uma escassa produçáo bibliográfica sobre o tema. Por meio do estudo para construçáo do projeto, reunimos diversos materiais para composiçáo do blog como artigos, vídeos, filmes e notícias. Acreditamos termos contribuído para disseminaçáo do tema como agentes de divulgaçáo. Porém, percebemos que há uma lacuna na área de pesquisa. É um enorme potencial para pesquisas qualitativas e quantitativas.

Enquanto pesquisadores participativos, instruídos e dedicados ao tema, compreendemos que apesar da dificuldade em encontrar um interlocutor para realizar contribuiçóes sobre a temática da pobreza menstrual, pudemos identificar que essa dificuldade não diminui a qualidade do evento. Não foi um evento de participaçáo obrigatória. Acreditamos que esse aporte teve muito a contribuir para o evento e a temática. Na verdade, esse fato foi bem aceito pelos ouvintes presentes na transmissáo de lançamento do blog, estabelecendo uma conversa horizontal sobre o assunto.

REFERÊNCIAS

ABSORVENDO Tabu. Direçáo: Rayka Zehtabchi. Produçáo: Melissa Berton, Garret Schiff, Rayka Zehtabchi, Lisa Taback. [S. l.]: Netflix, 2018. Disponível em: netflix.com. Acesso em: 20 nov. 2021.

ANDRADE, André Gustavo Corrêa de. O Princípio Fundamental da Dignidade Humana e sua Concretizaçáo Judicial. **Revista da EMERJ**, Rio de Janeiro, v. 6, n. 23, 2003.

ASSAD, Beatriz Flügel. POLÍTICAS PÚBLICAS ACERCA DA POBREZA MENSTRUAL E SUA CONTRIBUIÇáo PARA O COMBATE À DESIGUALDADE DE GÊNERO. **Revista Antinomias**, v. 2, n. 1, p. 140-160, 2021.

**POBREZA MENSTRUAL E POLÍTICAS PÚBLICAS:
EXPERIÊNCIA DE EXTENSÃO NO INSTITUTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS.**

B. S. L. de Paula; R. de C. B. Higino & F. M. M. P. Segundo.

BARRIQUELLO, Carolina Andrade; FORNASIER, Mateus De Oliveira. **POLÍTICAS PÚBLICAS: GARANTIA DO DIREITO À SAÚDE E À CIDADANIA NO BRASIL. XXIII Jornada de Pesquisa**, Ijuí, 2018.

BEZERRA, Lucila. Projeto de Lei sobre pobreza menstrual deve voltar a ser debatido no Congresso. **Brasil de Fato**, Recife, 26 out. 2021. Disponível em: <https://www.brasildefato.com.br/2021/10/26/projeto-de-lei-sobre-pobreza-menstrual-deve-voltar-a-ser-debatido-no-congresso>. Acesso em: 12 jan. 2022.

BONI, Valdete; QUARESMA, Sivia Jurema. Aprendendo a entrevistar: como fazer entrevistas em Ciências Sociais. **Revista Eletrônica dos Pós-Graduandos em Sociologia Política da UFSC**, Santa Catarina, v. 2, ed. 1, p. 68-80, 2005.

BRANDÃO, Carlos Rodrigues. A pesquisa participante e a participação da pesquisa: um olhar entre tempos e espaços a partir da América Latina. In: BRANDÃO, Carlos Rodrigues; STRECK, Danilo Romeu (Orgs.). **Pesquisa participante: a partilha do saber**. Aparecida, SP: Ideias & Letras, 2006a, p. 21-54.

BRASIL. [Constituição (1988)]. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Brasília, DF: Presidência da República**. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm

BRITO, Mariana Alves Peixoto da Rocha. **Pobreza menstrual e políticas públicas para mulheres e meninas**. 2021. p. 99.

CÂMARA DOS DEPUTADOS. **Projeto de Lei nº PL 2683/2021, de 3 de agosto de 2021**. Dispõe sobre a garantia da Dignidade Menstrual para meninas e mulheres dos grupos que menciona. [S. l.], 2021.

CÂMARA DOS DEPUTADOS. **Projeto de Lei nº PL 1702/2021, de 5 de maio de 2021**. Institui a Política de Conscientização acerca da Menstruação e de Universalização do Acesso a Absorventes Higiênicos no âmbito do Sistema Único de Saúde (Menstruação sem Tabu). [S. l.], 2020.

CÂMARA DOS DEPUTADOS. **Projeto de Lei nº PL 4968/2019, de 11 de setembro de 2019**. Institui o Programa de Fornecimento de Absorventes Higiênicos nas escolas públicas que ofertam anos finais do ensino fundamental e ensino médio. A NOVA EMENTA Institui o Programa de Proteção e Promoção da Saúde Menstrual; e altera a Lei nº 11.346, de 15 de setembro de 2006. [S. l.], 2019.

HAGUETTE, Tereza Maria Frota. **Metodologias qualitativas na sociologia**. 4. ed. [S. l.]: Vozes, 2004.

HOMEM-ABSORVENTE. Direção: R. Balki. Roteiro: R. Balki, Swanand Kirkire. [S. l.]: Sony Pictures Entertainment Motion Picture Group, 2018. Disponível em: [netflix.com](https://www.netflix.com). Acesso em: 21 nov. 2021.

**POBREZA MENSTRUAL E POLÍTICAS PÚBLICAS:
EXPERIÊNCIA DE EXTENSÃO NO INSTITUTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS.**

B. S. L. de Paula; R. de C. B. Higino & F. M. M. P. Segundo.

JHC veta distribuição gratuita de absorventes menstruais a mulheres carentes de Maceió. **G1**, [S. l.], 2 dez. 2021. Disponível em: <https://g1.globo.com/al/alagoas/noticia/2021/12/02/jhc-veta-distribuicao-gratuita-de-absorventes-menstruais-a-mulheres-carentes-de-maceio.ghtml>. Acesso em: 1 jan. 2022.

NICHOLS, Bill. **Introdução ao Documentário**. Tradução: Monica Saddy Martins. Campinas - SP: Papyrus, 2005.

NERIS, Brenda B. S. POLÍTICAS FISCAIS E DESIGUALDADE DE GÊNERO: ANÁLISE DA TRIBUTAÇÃO INCIDENTE NOS ABSORVENTES FEMININOS. **Revista FIDES**, v. 11, n. 2, p. 743-759, 21 jan. 2021.

POBREZA MENSTRUAL NO BRASIL: DESIGUALDADE E VIOLAÇÕES DE DIREITOS. [S. l.]: **UNFPA/UNICEF**, 2021-. Disponível em: <https://www.unicef.org/brazil/relatorios/pobreza-menstrual-no-brasil-desigualdade-e-violacoes-e-direitos>. Acesso em: 19 nov. 2021.

SOARES, Leandro Queiroz; FERREIRA, Mário César. Pesquisa participante como opção metodológica para investigação de práticas de assédio moral no trabalho. **Rev. Psicol., Organ. Trab.**, Florianópolis, v. 6, n. 2, p. 85-109, dez. 2006. Disponível em <http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1984-66572006000200005&lng=pt&nrm=iso>. acessos em 26 nov. 2021.

Schmidt, M. L. S. (2006). **Participative research**: Alterity and interpretative communities. *Psicologia USP*, 17(2), 11-41.

URIBE, Gustavo. Em meio à repercussão negativa, o governo federal avalia o fornecimento de absorventes. **CNN**, [S. l.], p., 7 out. 2021. Disponível em: <https://www.cnnbrasil.com.br/politica/em-meio-a-repercussao-negativa-governo-federal-avalia-fornecimento-de-absorventes/>. Acesso em: 19 nov. 2021.